

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 21/2025

PROCESSO n.º 209/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 078/2025

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Prefeitura Municipal de Unaí, localizada na Praça JK, s/n, bairro Centro, o Pregoeiro Ericlis Yan Fernandes dos Santos, portador da matrícula funcional nº 138426, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 078/2025, processo administrativo n.º 209/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 6.924 de 23 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º 078/2025, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ANTONIO J. C. DE M. JUNIOR LTDA					
Item	Unidade	Qtde	V. Unit.	V. Total	Descrição
1	UN	400,00000	319,18000	127.672,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (adulto), contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO.º SERVIÇO
SERVIÇO					
2	UN	150,00000	506,00000	75.900,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (sub-17), contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO.. SERVIÇO
SERVIÇO					
3	UN	150,00000	314,89000	47.233,50	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (juvenil) contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO..<> SERVIÇO
SERVIÇO					
4	UN	150,00000	318,75000	47.812,50	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (infantil) contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO.*..< SERVIÇO
SERVIÇO					
5	UN	300,00000	314,90000	94.470,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futsal adulto livre (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.i< SERVIÇO
SERVIÇO					
7	UN	100,00000	227,88000	22.788,00	..Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futsal infanto-juvenil (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.*>< SERVIÇO
SERVIÇO					
11	UN	150,00000	295,00000	44.250,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos de voleibol (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO..: SERVIÇO
SERVIÇO					
13	UN	150,00000	74,79000	11.218,50	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de peteca, contendo: 01 ÁRBITRO E 01 MESÁRIO.;;;< SERVIÇO
SERVIÇO					
14	D	50,00000	197,00000	9.850,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de peteca, contendo: 01 ÁRBITRO E 01 MESÁRIO.><ççç SERVIÇO
SERVIÇO					
15	UN	100,00000	167,00000	16.700,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Handebol, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO.ç SERVIÇO
SERVIÇO					
16	D	50,00000	359,00000	17.950,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Handebol, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO....ççç SERVIÇO
SERVIÇO					
17	UN	100,00000	169,45000	16.945,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Basquete, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO.; SERVIÇO
SERVIÇO					
19	UN	100,00000	164,70000	16.470,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Basquete 3X3, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO..... SERVIÇO
SERVIÇO					
20	D	50,00000	334,25000	16.712,50	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Basquete 3X3, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO. SERVIÇO
SERVIÇO					
21	UN	400,00000	119,75000	47.900,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Futevolei contendo: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO SERVIÇO
SERVIÇO					
23	UN	100,00000	133,75000	13.375,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Vôlei de Praia, contendo: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIOø. SERVIÇO
SERVIÇO					
24	D	50,00000	349,85000	17.492,50	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Vôlei de Praia, contendo: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO.. SERVIÇO
SERVIÇO					
25	UN	200,00000	239,00000	47.800,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Futebol Society, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO...ÇÇÇ SERVIÇO
SERVIÇO					
42	D	5,00000	984,00000	4.920,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE GINÁSTICA
GERAL, CONTENDO: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 ÁRBITROS AUXILIARES, 03 MESÁRIOS.∞ SERVIÇO					
SERVIÇO					
Total para Este Fornecedor:					697.459,50

D MARIA ARBITRAGEM SERVICOS E EVENTOS LTDA					
Item	Unidade	Qtde	V. Unit.	V. Total	Descrição
27	UN	100,00000	299,75000	29.975,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal X1, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO.* SERVIÇO
SERVIÇO					
45	UN	100,00000	639,99000	63.999,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (adulto/sub-17/juvenil/infantil), contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO. Incluindo deslocamento para o trajeto (Ida e Volta) para distâncias até 350 km, com todas despesas incluídas, para viagens intermunicipais."-.- SERVIÇO
SERVIÇO					
Total para Este Fornecedor:					93.974,00

MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO					
Item	Unidade	Qtde	V. Unit.	V. Total	Descrição
6	D	50,00000	420,00000	21.000,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futsal adulto livre (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.-/- SERVIÇO
SERVIÇO					
8	D	50,00000	445,00000	22.250,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futsal infanto-juvenil (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO./º SERVIÇO
SERVIÇO					
9	UN	300,00000	339,00000	101.700,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal (JEMG, escolinhas de base-infantil/juvenil) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.-.. SERVIÇO
SERVIÇO					
10	D	50,00000	405,00000	20.250,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal (JEMG, escolinhas de base-infantil/juvenil) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO./; SERVIÇO
SERVIÇO					
12	D	50,00000	522,00000	26.100,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos de voleibol (masculino/feminino) contendo: 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.^<< SERVIÇO
SERVIÇO					
18	D	50,00000	334,40000	16.720,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Basquete, contendo: 02 ÁRBITROS e 01 MESÁRIO.;... SERVIÇO
SERVIÇO					
22	D	50,00000	417,00000	20.850,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Futevôlei, contendo: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO.º SERVIÇO
SERVIÇO					
26	D	50,00000	363,00000	18.150,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de Futebol Society, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO..n, SERVIÇO
SERVIÇO					
28	D	50,00000	276,00000	13.800,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal X1, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO.o SERVIÇO
SERVIÇO					
29	UN	100,00000	448,00000	44.800,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal X2, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO.xc SERVIÇO
SERVIÇO					
30	D	50,00000	510,00000	25.500,00	Contratação de serviços de arbitragem em jogos (partidas) de futsal X2, contendo: 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO.... SERVIÇO
SERVIÇO					
31	D	5,00000	5.419,00000	27.095,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE CICLISMO E MOUNTAIN BIKE: CONTENDO 01 SISTEMA DE CRONOMETRAGEM ACOMPANHADO DE ATÉ 150 CHIPS DE MARCAÇÃO PARA CRONOMETRAR A LARGADA E CHEGADA DOS ATLETAS, 04 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES E 10 FISCAIS.;^ SERVIÇO
SERVIÇO					
32	D	5,00000	5.419,00000	27.095,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE CICLISMO E MOUNTAIN BIKE: CONTENDO 01 SISTEMA DE CRONOMETRAGEM ACOMPANHADO DE ATÉ 200 CHIPS DE MARCAÇÃO PARA CRONOMETRAR A LARGADA E CHEGADA DOS ATLETAS, 04 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES E 10 FISCAIS...^M SERVIÇO
SERVIÇO					
33	D	5,00000	479,00000	2.395,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE TENIS DE MESA, CONTENDO: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS E 08 ÁRBITROS AUXILIARES..... SERVIÇO
SERVIÇO					
34	D	25,00000	3.199,00000	79.975,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE CORRIDA CONTENDO: 01 SISTEMA DE CRONOMETRAGEM ACOMPANHADO DE ATÉ 150 CHIPS DE MARCAÇÃO PARA CRONOMETRAR A LARGADA E CHEGADA DOS ATLETAS, 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES E 08 FISCAIS..... SERVIÇO
SERVIÇO					



UNAI

Compras e Licitações

35	D	25,00000	3.199,00000	79.975,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE CORRIDA CONTENDO: 01 SISTEMA DE CRONOMETRAGEM ACOMPANHADO DE ATÉ 200 CHIPS DE MARCAÇÃO PARA CRONOMETRAR A LARGADA E CHEGADA DOS ATLETAS, 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES E 08 FISCAIS./>: SERVIÇO
SERVIÇO					
36	D	25,00000	4.599,00000	114.975,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE CORRIDA CONTENDO: 01 SISTEMA DE CRONOMETRAGEM ACOMPANHADO DE ATÉ 250 CHIPS DE MARCAÇÃO PARA CRONOMETRAR A LARGADA E CHEGADA DOS ATLETAS, 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES E 08 FISCAIS.*:: SERVIÇO
SERVIÇO					
37	D	5,00000	1.031,00000	5.155,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE XADREZ, CONTENDO: 03 ÁRBITROS PRINCIPAIS E 04 ÁRBITROS AUXILIARES.-.-' SERVIÇO
SERVIÇO					
38	D	5,00000	2.135,00000	10.675,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE MOTO CROSS, CONTENDO: 04 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES, 06 FISCAIS./!/- SERVIÇO
SERVIÇO					
39	D	5,00000	5.072,00000	25.360,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM MODALIDADE DE JIU- JITSU, CONTENDO: 01 SISTEMA DE PONTUAÇÃO POR LUTA E GERAL DOS ATLETAS, 06 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 08 ÁRBITROS AUXILIARES, 04 MESÁRIO&...; SERVIÇO
SERVIÇO					
40	D	5,00000	5.094,00000	25.470,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE SKATE, CONTENDO: 04 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 06 ÁRBITROS AUXILIARES, 06 FISCAIS.\}) SERVIÇO
SERVIÇO					
41	UN	100,00000	1.936,00000	193.600,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE BEACH TENNIS, CONTENDO: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 04 ÁRBITROS AUXILIARES, 02 MESÁRIOS.\...., SERVIÇO
SERVIÇO					
43	UN	50,00000	573,00000	28.650,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA MODALIDADE DE BADMINTON, CONTENDO: 02 ÁRBITROS PRINCIPAIS, 02 JUÍZES DE LINHA, 01 MESÁRIO...'' SERVIÇO
SERVIÇO					
44	UN	100,00000	731,00000	73.100,00	Contratação de serviços de Arbitragem em jogos (partidas) de futebol de campo (adulto/sub-17/juvenil/infantil), contendo: 01 ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 AUXILIARES e 01 MESÁRIO. Incluindo deslocamento para o trajeto (Ida e Volta) para distâncias até 250 km, com todas despesas incluídas, para viagens intermunicipais.....<> SERVIÇO
SERVIÇO					
				Total para Este Fornecedor:	1.024.640,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DOE – Diário Oficial do Estado no dia 04/12/2025, vigorando até o dia 04/12/2026.

3. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente ata caberá a Secretaria Municipal de Esportes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.1. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.2. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **03** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO ANTONIO DE JESUS
Data: 02/12/2025 11:19:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Antônio de Jesus

Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

ANTONIO J. C. DE M. JUNIOR LTDA

Empresa

D MARIA ARBITRAGEM SERVICOS E EVENTOS LTDA

Empresa

MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO

Empresa